

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Av. dos Municípios, 146 SI-03 - Tabajaras
38400-254 - Uberlândia/MG - Brasil
Caixa Postal 1024
38400-970 - Uberlândia/MG - Brasil

Telefone 55 (34) 3303-5400
Fax 55 (34) 3303-5405
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Diretores da
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
Uberlândia - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. ("Sociedade"), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas demais companhias. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Uberlândia, 23 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Jean Paraskevopoulos Neto
Contador CRC 1SP193052/O-0

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14			31/12/15	31/12/14		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	305.978	209.531	357.332	239.637	Fornecedores	14	669.574	692.404	666.685	688.311
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	5	-	-	15.531	23.151	Empréstimos e financiamentos	15	64.919	5.600	67.647	6.703
Contas a receber	6	363.662	410.466	364.808	410.686	Salários, encargos e benefícios sociais	17	29.108	36.907	35.294	42.750
Estoques	7	419.705	495.181	420.568	495.349	Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.954	1.559
Impostos a recuperar	8	50.649	36.736	51.779	36.748	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	41.687	43.881	43.905	45.234
Dividendos a receber	9	13.122	8.820	-	-	Dividendos e juros sobre o capital próprio	9.a e 20.c	6.200	5.835	10.808	12.558
Crédito com fornecedores		22.300	24.477	22.300	24.477	Outros passivos		28.055	24.174	37.754	29.473
Outros ativos		7.316	19.484	9.532	19.578						
Total do ativo circulante		1.182.732	1.204.695	1.241.850	1.249.626	Total do passivo circulante		839.543	808.801	864.047	826.588
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo:						Empréstimos e financiamentos	15	216.982	264.618	211.632	261.463
Depósitos judiciais	20.d	14.637	31.052	14.860	31.217	Provisão para riscos	20	49.568	41.328	50.311	41.614
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	5	29.023	30.705	-	-	Total do passivo não circulante		266.550	305.946	261.943	303.077
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.a	52.384	35.754	52.929	36.158						
Impostos a recuperar	8	12.674	9.237	12.674	9.237	Patrimônio líquido	21				
Outros ativos		971	1.559	971	1.559	Capital social		124.738	124.738	124.742	124.740
		109.689	108.307	81.434	78.171	Reservas de lucros		184.390	187.972	184.391	187.973
Investimentos	10	52.412	37.108	53	53	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		309.128	312.710	309.128	312.710
Imobilizado	11	54.309	66.305	93.361	103.050	Participação de não controladores		-	-	5	3
Intangível	12	16.079	11.042	18.425	11.478	Total do patrimônio líquido		309.128	312.710	309.133	312.713
Total do ativo não circulante		232.489	222.762	193.273	192.752	Total do passivo e patrimônio líquido		1.415.221	1.427.457	1.435.123	1.442.378
Total do ativo		1.415.221	1.427.457	1.435.123	1.442.378						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações dos resultados

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços	24	3.854.526	4.001.366	3.893.222	4.038.205
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	25	<u>(3.089.968)</u>	<u>(3.169.688)</u>	<u>(3.113.902)</u>	<u>(3.192.023)</u>
Lucro bruto		764.558	831.678	779.320	846.182
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais e de distribuição	25	(715.607)	(654.318)	(673.891)	(656.145)
Gerais e administrativas	25	(86.029)	(107.710)	(106.814)	(114.837)
Outras receitas operacionais, líquidas	26	13.185	5.614	33.158	23.655
Equivalência patrimonial	10	<u>50.169</u>	<u>20.697</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		26.276	95.961	31.773	98.855
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		25.003	35.904	29.932	37.726
Despesas financeiras		(50.427)	(42.175)	(51.325)	(42.183)
Variações monetárias e cambiais		<u>(911)</u>	<u>(2.889)</u>	<u>(672)</u>	<u>(2.871)</u>
	27	<u>(26.335)</u>	<u>(9.160)</u>	<u>(22.065)</u>	<u>(7.328)</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(59)</u>	<u>86.801</u>	<u>9.708</u>	<u>91.527</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes		(13)	(16.846)	(9.913)	(21.713)
Diferidos		<u>16.629</u>	<u>2.082</u>	<u>16.771</u>	<u>2.227</u>
	18.b	<u>16.616</u>	<u>(14.764)</u>	<u>6.858</u>	<u>(19.486)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>16.557</u>	<u>72.037</u>	<u>16.566</u>	<u>72.041</u>
Lucro líquido atribuível a:					
Proprietários da controladora				16.557	72.037
Participação não controladora				<u>9</u>	<u>4</u>
				<u>16.566</u>	<u>72.041</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Lucro líquido do exercício	16.557	72.037	16.566	72.041
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>16.557</u></u>	<u><u>72.037</u></u>	<u><u>16.566</u></u>	<u><u>72.041</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Atribuível a proprietários controladora	Participação não controladora	Total consolidado
			Legal	Retenção				
Saldos em 31 de dezembro de 2013		<u>130.293</u>	<u>22.281</u>	<u>110.996</u>	<u>-</u>	<u>263.570</u>	<u>2</u>	<u>263.572</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	72.037	72.037	4	72.041
Redução de capital	21.a	(5.555)	-	-	-	(5.555)	-	(5.555)
Reserva legal	21.b	-	2.666	-	(2.666)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	21.c	-	-	-	(17.342)	(17.342)	-	(17.342)
Aquisição de participação não controladora	21.d	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Transferência para reserva de lucros		-	-	52.029	(52.029)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>163.025</u>	<u>-</u>	<u>312.710</u>	<u>3</u>	<u>312.713</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.557	16.557	9	16.566
Dividendos pagos e propostos	21.c	-	-	(16.000)	(4.139)	(20.139)	-	(20.139)
Aquisição de participação não controladora	21.d	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Transferência para reserva de lucros		-	-	12.418	(12.418)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>159.443</u>	<u>-</u>	<u>309.128</u>	<u>5</u>	<u>309.133</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(59)	86.801	9.708	91.527
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Perda na alienação de ativo imobilizado		204	660	1.230	755
Depreciação e amortização	11 e 12	21.779	30.522	33.099	34.115
Receita com venda de ativo imobilizado		(1.513)	(1.759)	(1.513)	(1.749)
Juros e variações monetárias líquidos		14.574	13	15.288	16
Desconto e encargos Refis	19	-	(5.933)	-	(6.012)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(50.169)	(20.697)	-	-
Dividendos desproporcionais de controladas pagos a não controladores	9	4.530	8.708	4.530	8.708
Constituição de provisão (líquida de reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	9.408	(2.308)	9.835	(2.337)
Constituição de provisão (líquida de reversão) para créditos de liquidação duvidosa	6.c	487	1.217	340	1.406
Constituição de provisão (líquida de reversão) para perdas com créditos tributários e estoques	7 e 8	(4.003)	2.977	(4.003)	2.977
Constituição de provisão (líquida de reversão) para participação no resultado		(6.013)	2.053	(6.753)	2.503
Constituição de provisão (líquida de reversão) para redução ao valor recuperável do imobilizado e do intangível	11.b e 12	(4.228)	5.490	(3.656)	5.490
		(15.003)	107.744	58.105	137.399
Variações nos ativos e passivos:					
Redução (aumento) no contas a receber		46.316	(5.685)	52.255	(16.705)
Redução (aumento) nos estoques		73.869	(54.270)	73.174	(54.434)
(Aumento) redução de impostos a recuperar		(6.375)	105	(7.492)	20
Redução de crédito com fornecedores		2.177	1.285	2.177	1.285
Redução (aumento) em outros ativos		12.782	(8.860)	13.954	(8.672)
Redução (aumento) de depósitos judiciais		16.416	(1.449)	16.359	(1.459)
(Redução) aumento em fornecedores		(22.829)	57.453	(28.341)	66.149
Aumento em salários, encargos e benefícios sociais		4.783	3.778	7.197	7.489
Redução da participação nos lucros e resultados		(6.569)	(6.912)	(7.901)	(7.659)
Redução de parcelamentos fiscais	19	-	(14.796)	-	(14.863)
(Redução) aumento em impostos, taxas e contribuições a recolher		(1.931)	6.971	(1.066)	7.569
Pagamentos de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	(9.779)	(802)	(9.782)	(802)
Aumento (redução) de outros passivos		3.880	(7.326)	8.199	(5.606)
Caixa gerado pelas operações		97.737	77.236	176.838	109.711
Juros pagos		(746)	(534)	(907)	(534)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.196)	(17.150)	(14.700)	(21.350)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		91.795	59.552	161.231	87.827
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Investimento FIDC		3.700	6.000	3.700	6.000
Integralização de capital em controladas	10	(10.998)	(6.050)	2	2
Recebimento de dividendos	9	40.989	2.250	-	-
Recebimento pela venda de imobilizado		1.547	1.200	1.547	1.200
Aquisição de bens dos ativos imobilizado e intangível	11 e 12	(14.999)	(29.623)	(24.438)	(36.855)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		20.239	(26.223)	(19.189)	(29.653)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ingressos de empréstimos		14.070	15.420	14.070	15.420
Aquisições - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC		9.305	16.669	9.305	16.669
Amortização de financiamentos		(19.188)	(25.975)	(21.294)	(25.975)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	9	(19.774)	(31.397)	(26.428)	(40.290)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(15.587)	(25.283)	(24.347)	(34.176)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		96.447	8.046	117.695	23.998
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		305.978	209.531	357.332	239.637
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		209.531	201.485	239.637	215.639
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		96.447	8.046	117.695	23.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receitas					
Vendas brutas de mercadorias e serviços prestados	24	4.519.302	4.702.771	4.562.313	4.743.709
Outras (despesas) receitas		1.308	(4.202)	315	(4.311)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa		(487)	(15.425)	(340)	(16.227)
		<u>4.520.123</u>	<u>4.683.144</u>	<u>4.562.288</u>	<u>4.723.171</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		(3.593.735)	(3.724.163)	(3.602.460)	(3.731.348)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais		(513.171)	(425.900)	(389.016)	(398.239)
Provisão (reversão) para perda de estoques		(1.777)	274	(1.778)	274
		<u>411.440</u>	<u>533.355</u>	<u>569.034</u>	<u>593.858</u>
Retenção					
Depreciação e amortização	11 e 12	(21.779)	(30.522)	(33.099)	(34.115)
		<u>389.661</u>	<u>502.833</u>	<u>535.935</u>	<u>559.743</u>
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade					
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	10	50.169	20.697	-	-
Perda decorrente da variação do percentual de participação		(4.530)	(8.708)	(4.530)	(8.708)
Receitas financeiras	27	25.841	36.438	31.010	38.286
		<u>461.141</u>	<u>551.260</u>	<u>562.415</u>	<u>589.321</u>
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos:					
Salários e encargos		205.134	209.040	262.113	228.372
Honorários do Conselho de Administração e da Diretoria	9.b	6.340	6.588	6.370	6.619
Participação dos empregados nos lucros		6.569	6.912	8.042	7.658
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		81.586	130.738	108.354	145.684
Estaduais		60.933	48.635	69.102	49.572
Municipais		1.410	1.491	3.330	1.611
Financiadores:					
Juros e variações cambiais		52.176	30.221	53.076	32.148
Aluguéis		30.436	45.598	35.461	45.613
Juros sobre o capital próprio e dividendos		4.139	17.343	4.142	26.055
Lucros retidos		12.418	54.694	12.425	45.989
		<u>461.141</u>	<u>551.260</u>	<u>562.415</u>	<u>589.321</u>
Valor adicionado distribuído					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$)

1 Contexto operacional

A Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida José Andraus Gassani, 5.400, na cidade de Uberlândia - MG, sendo controlada pela Almart Administração e Participações S.A. (“Almart”), que, por sua vez, é controlada pela Almar Participações Ltda., sendo todas as empresas constituídas na forma de companhia de capital fechado. A Sociedade atua no atacado e varejo, comercializando e distribuindo bens de consumo duráveis e não duráveis, incluindo produtos farmacêuticos e assemelhados, bem como prestando serviços de transporte de carga e logística integrada.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos e nas orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2016.

b. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Sociedade e de suas controladas nas demonstrações financeiras é o Real (R\$), representando o ambiente econômico no qual a Sociedade atua. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das práticas contábeis pela Sociedade, a Administração deve elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas anualmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, ou também em exercícios posteriores, caso a revisão venha a afetar o exercício presente e exercícios futuros.

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 6** - Contas a receber
- **Nota Explicativa 7** - Estoques
- **Nota Explicativa 8** - Impostos a recuperar
- **Nota Explicativa 20** - Provisões

3 Principais práticas contábeis

a. Bases de consolidação

(i) Definição de controladas para fins de consolidação

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Sociedade e nas quais normalmente há uma participação societária de mais da metade. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao ser avaliado se a Sociedade controla ou não outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

(ii) Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade incorporam os saldos das contas da Sociedade e dos recebíveis mantidos pelo Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (“FIDC” ou “Fundo”), no montante mencionado na nota explicativa nº 5.

Os saldos dos recebíveis transferidos para o Fundo foram reintegrados tendo como contrapartida a rubrica “Empréstimos e financiamentos” (nota explicativa nº 15) nos passivos circulante e não circulante, de acordo com a idade de vencimento. O saldo referente ao investimento nas cotas subordinadas do Fundo, no montante de R\$13.492 (R\$7.554 em 31 de dezembro de 2014), líquido do saldo remanescente não alocado na aquisição de direitos creditórios, foi reclassificado da rubrica “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC”, no ativo não circulante, para a rubrica “Empréstimos e financiamentos”, no passivo não circulante, reduzindo o saldo do passivo não circulante.

(iii) Critérios de consolidação e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

	Participação - %	
	31/12/15	31/12/14
Martins Integração Logística Ltda. (“MIL”)	99,95	99,96
Martins Veículos Uberlândia Ltda. (“Martins Veículos”)	99,99	99,99
Smart Varejos Ltda. (“Smart”)	99,99	99,99
Martins URN-MG Distribuição Ltda. (“SLIM-MG”)	99,99	99,99
Martins URN-GO Distribuição Ltda. (“SLIM-GO”)	99,99	99,99
Martins SP Distribuição Ltda. (“SLIM-SP”)	99,99	99,99
Martins URN-Nordeste Distribuição e Transportes Ltda. (“SLIM-NE”)	99,98	99,98
Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (“FIDC” ou “Fundo”)	100,00	100,00

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas. Nas empresas controladas pela Sociedade foram destacadas as participações dos não controladores.

b. Receita operacional

A receita compreende o valor da venda de mercadorias e serviços. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até as datas dos balanços, à medida que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas.

As bonificações recebidas e os descontos de fornecedores são reconhecidos como redução aos estoques, e o benefício é reconhecido dentro do custo das mercadorias vendidas no momento de sua venda.

c. Transação em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado a título de variação cambial.

d. Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

O IRPJ e a CSLL da Sociedade e de suas controladas são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real e lucro presumido, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de IRPJ e CSLL correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e prejuízos fiscais não utilizados, determinados usando as alíquotas vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos IRPJ e CSLL diferidos ativos forem realizados ou quando o IRPJ e a CSLL diferidos passivos forem liquidados.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais.

e. Estoques

Registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição, reduzido de créditos recebidos de fornecedor, e o valor líquido realizável e, quando aplicável, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado ou realização, quando este for inferior. Também são constituídas provisões para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

f. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis estimadas médias do ativo imobilizado são as seguintes:

- **Edificações** - 27 anos (24 anos em 2014)
- **Benfeitorias em propriedades de terceiros** - 4 anos (6 anos em 2014)
- **Máquinas e equipamentos** - 8 anos (9 anos em 2014)
- **Equipamentos de informática** - 3 anos (2 anos em 2014)
- **Veículos** - 5 anos (5 anos em 2014)

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que não se enquadram na definição de ativo qualificável, conforme descrito no item 5 do pronunciamento técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas por sua vida útil estimada ou pelo prazo de vigência dos contratos de aluguel, dos dois o menor.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

g. Intangível

Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração.

(i) Programas de computador (softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 12, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, é provável a geração de benefícios econômicos futuros superiores ao respectivo custo. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas.

(ii) Outros ativos intangíveis

Os custos com a aquisição de patentes e marcas comerciais são capitalizados e amortizados utilizando o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota explicativa nº12.

h. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram contratados, sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreendem ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. A Sociedade não possui ativos classificados nessa categoria.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. No caso da Sociedade, compreendem o caixa e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes e as transações com partes relacionadas (nota explicativa nº 9).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros compreendem os passivos mensurados pelo método de juros efetivos, incluindo empréstimos, com alocação desses juros pelo período do contrato.

Os passivos financeiros são classificados como:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem os passivos mantidos para negociação mensurados pelo valor justo; ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado Compreendem os passivos mensurados pelo método de juros efetivos, incluindo empréstimos, com alocação dos juros efetivos incorridos pelo respectivo período do contrato.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

i. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros - “Impairment test”

Os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, na identificação de perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, tal perda é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa - UGC). As UGCs definidas pela Administração, utilizadas para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil dos ativos associados, correspondem aos veículos com os quais a Sociedade efetua a distribuição de suas mercadorias. No processo de avaliação são utilizados indicadores de desempenho operacional e financeiro estabelecidos pela Administração, e, diante da indicação de perda de valor recuperável, é realizada análise comparativa, para cada UGC, entre o valor apurado pelo fluxo de caixa descontado a valor presente e o respectivo valor contábil.

A cada encerramento de exercício social a Sociedade revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente ou ainda pela análise de valor de mercado deduzido das despesas para venda do determinado ativo, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

j. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização.

k. Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

A Administração opta pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente, uma vez que, com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo e o volume de operações de venda a prazo praticado não ser representativo em relação ao total de vendas, a Sociedade considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

As contas a receber são baixadas pelo recebimento integral de seus clientes e/ou quando da cessão desses títulos ao Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, em que o Fundo passa a adquirir diretamente da Sociedade os direitos representados por duplicatas com origem em suas vendas mercantis a seus clientes.

l. Investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos são registrados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Sociedade e suas controladas são eliminados à medida da participação da Sociedade; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (“impairment”) do ativo transferido.

As práticas contábeis adotadas pelas controladas são uniformes às adotadas pela Sociedade.

m. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação, como:

- Financeiros: os arrendamentos em cujos termos a Sociedade assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros e são registrados no imobilizado e submetidos a depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada dos respectivos bens.
- Operacionais: os contratos de locação da Sociedade, referentes a bens imóveis e aeronave, são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos no resultado do exercício como despesa operacional.

n. Provisões

Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

o. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

p. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

A Administração opta pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente nos demais ativos e passivos não circulantes, uma vez que ela considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

q. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Sociedade que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Sociedade.

r. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

s. Normas e publicações ainda não adotadas

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Caixa e bancos	1.142	5.188	1.945	6.196
Aplicações financeiras (*)	304.836	204.343	355.387	233.441
Total	305.978	209.531	357.332	239.637

(*) As aplicações financeiras são representadas substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remunerados substancialmente à taxa de 106% (106% em 31 de dezembro de 2014) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e aplicadas no Banco Triângulo S.A. ("Tribanco"), parte relacionada. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

5 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC

O Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ("Fundo"), constituído em 6 de janeiro de 2005 e mantido até o vencimento, é administrado pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, tendo como objeto proporcionar aos cotistas, de acordo com regras estabelecidas em regulamento, a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de direitos creditórios de curto prazo originados pelas vendas mercantis da Sociedade a clientes, que são financiadas pelo Tribanco.

Em 15 de junho de 2011, a Sociedade alterou a modalidade anteriormente praticada de financiamento "vendedor" da qual era coobrigada, para a modalidade de financiamento próprio. Assim, por decisão da 16ª Assembleia Geral de Cotistas, o Fundo passa a adquirir diretamente da Sociedade os direitos creditórios representados por duplicatas com origem em suas vendas mercantis a prazo.

Em 31 de janeiro de 2014 foi realizada a 22ª. Assembléia Geral de Quotistas do Fundo na qual foram deliberadas as seguintes alterações:

- (i) alteração do prazo de duração do Fundo que passa a ser 02 de junho de 2019;
- (ii) nova remuneração das quotas seniores que passa para 112% do CDI;
- (iii) redução do percentual de subordinação para 12,5% sobre o patrimônio do Fundo;
- (iv) amortização anual das cotas por montante equivalente aos juros acumulados nos últimos 12 meses;
- (v) possibilidade de redução do patrimônio líquido do Fundo em até 50% a partir do 3o. ano de vigência (2017) sem incidência de quaisquer penalidades.

Em 02 de junho de 2015, a Sociedade amortizou os juros acumulados nos últimos doze meses sobre a rentabilidade das cotas seniores no valor de R\$ 24.223. Em 11 de junho de 2015, com o objetivo de manter a proporcionalidade das cotas subordinadas após a amortização da rentabilidade das cotas seniores, houve o resgate do montante de R\$ 3.378, líquido do imposto de renda retido na fonte (IRRF - R\$ 322).

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade detinha 295 (295 em 31 de dezembro de 2014) cotas subordinadas do Fundo, com valor unitário de R\$98.381 (R\$104.086 em 31 de dezembro de 2014) e o saldo total registrado na rubrica “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC”, no ativo não circulante, de R\$29.023 (R\$30.705 em 31 de dezembro de 2014).

A classificação de risco atribuída ao Fundo é AAA (bra), efetuada pela Fitch Ratings.

As características das cotas do Fundo estão demonstradas a seguir:

Tipos de cotas	Quantidade	Rendimento
Seniores	1.116	112% do CDI
Subordinadas (*)	<u>295</u>	(*)
Total	<u><u>1.411</u></u>	

(*) O rendimento das cotas subordinadas é obtido pela diferença entre a taxa de desconto dos direitos creditórios adquirida pelo Fundo, deduzida da rentabilidade das cotas seniores, e outras despesas devidas. Os efeitos decorrentes do inadimplemento de quaisquer dos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo, assim como de quaisquer outras perdas por ele experimentadas, serão atribuídos às cotas subordinadas até o limite equivalente ao somatório do valor total destas. Uma vez excedido esse somatório, o efeito da inadimplência repercutirá nas cotas seniores. As cotas subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após a amortização ou o resgate das cotas seniores.

- **Rendimento do fundo:** o Fundo busca atingir rentabilidade (“benchmark”) de 112% da taxa média diária dos depósitos interbancários de um dia. O “benchmark” é aplicado às cotas da classe sênior, não havendo “benchmark” predeterminado para as cotas subordinadas, razão pela qual essas cotas poderão apresentar valores diferentes das cotas seniores.

Em 31 de dezembro de 2015, o Fundo possuía um saldo remanescente de R\$15.531 (R\$23.151 em 31 de dezembro de 2014) não alocado na aquisição de direitos creditórios. Trata-se da variação entre o saldo dos recebíveis cedidos a vencer e a valorização dessas cotas de acordo com o patrimônio líquido do Fundo naquela data.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Contas a receber de clientes	150.761	204.855	153.239	208.000
Contas a receber cedidas - Martins FIDC (i)	215.310	206.115	215.310	206.115
Partes relacionadas (nota explicativa 9.a)	985	2.403	137	109
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (ii)	<u>(3.394)</u>	<u>(2.907)</u>	<u>(3.878)</u>	<u>(3.538)</u>
Total	<u><u>363.662</u></u>	<u><u>410.466</u></u>	<u><u>364.808</u></u>	<u><u>410.686</u></u>

- (i) A Sociedade realiza operações de cessão de seus direitos creditórios representados substancialmente por suas vendas a prazo, através do Martins FIDC, conforme descrito na nota explicativa nº 5. O saldo apresentado está líquido da provisão para perdas já registradas no Fundo em 31 de dezembro de 2015 de R\$5.415 (R\$3.366 em 31 de dezembro de 2014).
- (ii) As contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento, sendo constituída provisão para perdas dos títulos vencidos acima de 45 dias. Os créditos considerados irre recuperáveis são levados diretamente ao resultado do exercício.

a. Os saldos a receber por idade de vencimento, exceto Martins FIDC, dos títulos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão distribuídos conforme segue

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
A vencer	146.926	200.729	147.133	199.516
Vencidos:				
Até 30 dias	942	4.901	1.382	6.005
Até 60 dias	227	348	792	967
Até 90 dias	174	179	573	324
Até 180 dias	440	537	459	733
Acima de 180 dias	3.037	564	3.037	564
Total	151.746	207.258	153.376	208.109

b. Os saldos a receber por idade de vencimento dos títulos cedidos ao Martins FIDC em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão distribuídos conforme segue

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
A vencer	205.296	188.039	205.296	188.039
Vencidos:				
Até 30 dias	4.692	7.208	4.692	7.208
Até 60 dias	1.059	506	1.059	506
Até 90 dias	632	324	632	324
Até 180 dias	1.561	801	1.561	801
Acima de 180 dias	2.070	9.237	2.070	9.237
Total	215.310	206.115	215.310	206.115

c. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Saldos no início do exercício	(2.907)	(1.690)	(3.538)	(2.132)
Créditos provisionados no exercício	(3.268)	(15.425)	(5.154)	(16.227)
Créditos baixados definitivamente	2.781	14.208	4.814	14.821
Saldos no fim do exercício	(3.394)	(2.907)	(3.878)	(3.538)

A exposição máxima de risco de crédito da Sociedade em 31 de dezembro de 2015 era de R\$109.007 (R\$171.533 em 31 de dezembro de 2014), sendo determinado pelo valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de contas a receber de clientes por idade de vencimento, exceto para os recebíveis de cartões de crédito, em que o risco é assumido pelas operadoras.

A exposição do Grupo a risco de crédito e moedas e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outras contas é divulgada na nota explicativa 22.

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Mercadorias para revenda	438.947	518.072	438.947	518.072
Mercadorias em trânsito	1.283	804	1.283	804
Almoxarifado	780	1.307	1.643	1.475
Importação em andamento	1.892	-	1.892	-
Bonificação de fornecedores de mercadorias em estoque	(18.017)	(21.600)	(18.017)	(21.600)
Provisão para ajuste a valor de mercado e perdas na realização (*)	(5.180)	(3.402)	(5.180)	(3.402)
Total	419.705	495.181	420.568	495.349

(*) O valor da provisão para perdas dos estoques refere-se às prováveis perdas com desvalorização dos estoques e giro lento:

- a. **Giro dos estoques:** Para os itens sem giro acima de 90 dias, a Sociedade estima o valor da provisão para perdas nos estoques com base no custo médio de aquisição e considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas no curso de suas operações.
- b. **Desvalorização dos estoques:** Mensurada pela Administração da Sociedade basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de obsolescência. A Sociedade estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados ao custo registrado.

A movimentação dessas provisões é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Saldos no início do exercício	(3.402)	(3.677)	(3.402)	(3.677)
Provisão constituída no exercício	(4.933)	(5.160)	(4.933)	(5.160)
Reversão de provisão de estoques baixados ou vendidos	3.155	5.435	3.155	5.435
Saldos no fim do exercício	(5.180)	(3.402)	(5.180)	(3.402)

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Circulante:				
ICMS (a)	20.106	33.510	20.106	33.510
ICMS-ST (b)	22.264	805	22.264	805
IRPJ e CSLL antecipados	1.304	1.179	1.304	1.179
PIS e COFINS sobre aquisição de ativo imobilizado	304	432	304	432
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (c)	5.847	-	5.847	-
INSS a compensar	-	-	1.104	-
Outros	824	810	850	822
Total	50.649	36.736	51.779	36.748
Não circulante:				
ICMS (a)	31.348	33.692	31.591	33.935
Provisão para perdas com créditos de ICMS (a)	(18.674)	(24.455)	(18.917)	(24.698)
Total	12.674	9.237	12.674	9.237

- (a) O crédito de ICMS a recuperar foi acumulado devido aos seguintes fatores:
- (i) Diferença de alíquota do ICMS na entrada e na saída de mercadorias nos estabelecimentos da Sociedade, uma vez que os créditos sobre compras e transferências de mercadorias são recuperados à alíquota média de 10,4%, porém a alíquota média de saída para as filiais localizadas nas regiões sudeste, sul, centro-oeste e norte é de 7,4%. Em 2 de agosto de 2012, a Sociedade firmou novo Termo de Regime Especial de ICMS/ST com o Estado de Minas Gerais, elevando e definindo por prazo limitado a 31 de outubro de 2013 a alíquota média de saída para 13,9%. Em 22 de outubro de 2013, a Sociedade firmou novo Termo de Regime Especial de ICMS/ST com o Estado de Minas Gerais com vigência até 30 de abril de 2014, posteriormente prorrogado até 31 de dezembro de 2015, o imposto passou a ser calculado à alíquota média interna de 18% sobre o preço médio ponderado de aquisição das mercadorias, consequentemente, com esta nova sistemática a Sociedade passou a realizar o saldo credor de ICMS no Estado de Minas Gerais.
- Em 23 de dezembro de 2015, a Sociedade firmou Autorização Provisória com prazo de vigência indefinida, de nova forma de tributação de ICMS/ST com o Estado de Minas Gerais, o imposto passará a ser calculado à alíquota média de 12% sobre o preço médio ponderado de aquisição das mercadorias nacionais e 4% sobre o preço das mercadorias importadas ou com conteúdo de importação superior a 40%, recebidos de outros Estados. A Administração da Sociedade estima que nesta nova sistemática, o valor do ICMS/ST a ser pago para o Estado de Minas Gerais, sofrerá um acréscimo médio na ordem de 8%, e a alíquota média saída de ICMS será de 10%, consequentemente o saldo credor de ICMS que estava sendo realizado voltará a acumular. A Administração e seus consultores jurídicos, estão em processo de negociação com o Estado no sentido de reestabelecer o Regime Especial que vigorou até 31 de dezembro de 2015 e avaliando a descentralização das aquisições de mercadorias para atender as regiões centro-oeste, norte e Estado do Espírito Santo, cujo alíquota interestadual é de 7%. A expectativa da Sociedade é iniciar o processo de compras com o imposto à alíquota de 7% a partir do segundo semestre de 2016.
- (ii) no Estado de São Paulo, o ICMS é diferido na saída para determinados produtos para revenda ou sofre redução da base de cálculo;
- (iii) na transferência de mercadorias da filial localizada no Estado da Paraíba para o Estado do Rio Grande do Norte é exigida a antecipação do ICMS, e
- (iv) no Distrito Federal, o ICMS era recolhido de acordo com as condições destacadas na nota explicativa 16, a partir de 1º de janeiro de 2014, com as alterações ocorridas na legislação a Sociedade foi obrigada a comprovar o recolhimento integral do imposto, para depois obter o financiamento. O recolhimento desta diferença foi registrada até o mês de novembro de 2014, como impostos a recuperar. Considerando que a Sociedade não tem expectativa de recebimento nem de compensação de parte dos créditos no curto e médio prazos de suas filiais localizadas no Centro-Oeste,

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015*

Nordeste e Distrito Federal, a Administração vem constituindo provisão para perda para fazer face à não realização desses créditos. O saldo dessa provisão em 31 de dezembro de 2015 é de R\$18.674 (R\$24.455 em 31 de dezembro de 2014) na controladora e de R\$18.917 (R\$24.698 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, a qual, em 31 de dezembro de 2015, corresponde a 25% (74% em 31 de dezembro de 2014) na controladora e 26% (75% em 31 de dezembro de 2014) no consolidado do montante desses créditos.

- (b) Em 01 de abril de 2015 começou a vigorar novo Protocolo de ICMS/ST, entre os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, o qual estabeleceu o destaque de ICMS/ST nas aquisições de bebidas quentes entre estes Estados. Consequentemente, e em razão do Regime Especial de ICMS/ST do Estado de Minas Gerais, a Sociedade passou a ter o direito de se creditar do ICMS/ST e compensar com o ICMS/ST a pagar para o Estado de Minas Gerais ou negociar o imposto com os próprios fornecedores localizados no Estado do Rio de Janeiro. No entanto, em razão da concentração das aquisições destas mercadorias nos meses de novembro e dezembro, não foi possível a compensação ou transferência destes créditos. A Administração da Sociedade estima que até abril de 2016, este crédito será totalmente realizado.
- (c) Refere-se a imposto de renda retido sobre resgate de aplicações financeiras, depósitos judiciais e amortização de quotas do FDIC (vide nota explicativa nº 4, 5 e 20d)

Movimentação da provisão para perdas com créditos de ICMS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Saldos no início do exercício	(24.455)	(21.203)	(24.698)	(21.446)
Provisão (líquida de reversão) para não realização de créditos constituída no exercício	5.781	(3.576)	5.781	(3.576)
Créditos baixados definitivamente	-	324	-	324
Saldos no fim do exercício	<u>(18.674)</u>	<u>(24.455)</u>	<u>(18.917)</u>	<u>(24.698)</u>

9 Partes relacionadas

a. Transações e saldos

As transações e os saldos realizados entre a Sociedade e suas partes relacionadas referem-se a empréstimos, operações mercantis, dividendos, serviços e aplicações financeiras. Os principais valores em 31 de dezembro são resumidos a seguir:

Controladora											
31/12/15											
	Almart	Martins Participações	Tribanco	Smart	MIL	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Outros	Total
Saldos:											
Contas-correntes	-	-	116	-	-	-	-	-	-	-	116
Aplicações financeiras	-	-	304.836	-	-	-	-	-	-	-	304.836
Contas a receber	8	19	85	191	18	66	178	278	109	33	985
Aluguéis a pagar	(24)	(1.415)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.439)
Contas a pagar	-	-	-	-	(606)	(1.053)	(1.202)	(870)	(496)	-	(4.227)
Dividendos a receber	-	-	-	1.150	3.772	4.800	250	2.000	1.150	-	13.122
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(5.952)	(248)	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.200)
Transações:											
Receitas financeiras	-	-	20.113	-	-	-	-	-	-	-	20.113
Despesas com aluguel de imóveis	(263)	(15.547)	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.810)
Dividendos e juros sobre o capital próprio:											
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(17.826)	(1.948)	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.774)
Dividendos desproporcionais pagos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.530)	(4.530)
Dividendos recebidos	-	-	-	5.250	6.439	14.000	9.300	5.000	1.000	-	40.989
Controladora											
31/12/14											
	Almart	Martins Participações	Tribanco	Smart	MIL	SLIM MG	SLIM GO	SLIM GO	SLIM GO	Outros	Total
Saldos:											
Aplicações financeiras	-	-	204.343	-	-	-	-	-	-	-	204.343
Contas a receber	32	1	40	481	17	1.254	542	36	-	-	2.403
Aluguéis a pagar	(23)	(1.325)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.348)
Contas a pagar	-	-	-	-	(969)	(2.385)	(2.104)	-	-	-	(5.458)
Dividendos a receber	-	-	-	2.450	370	5.000	1.000	-	-	-	8.820
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(4.846)	(989)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.835)
Transações:											
Receitas financeiras	-	-	18.046	-	-	-	-	-	-	-	18.046
Despesas com aluguel de imóveis, máquinas e veículos	(247)	(13.723)	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.970)
Dividendos e juros sobre o capital próprio:											
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(29.550)	(1.847)	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.397)
Dividendos desproporcionais pagos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.708)	(8.708)
Dividendos recebidos	-	-	-	2.250	-	-	-	-	-	-	2.250

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015*

Consolidado					
31/12/15					
	Almart	Martins Participações	Tribanco	Outros	Total
Saldos:					
Contas-correntes	-	-	159	-	159
Aplicações financeiras	-	-	355.387	-	355.387
Contas a receber	8	19	85	25	137
Aluguéis a pagar	(24)	(1.415)	-	-	(1.439)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(5.952)	(248)	-	(4.608)	(10.808)
Transações:					
Receitas financeiras	-	-	24.904	-	24.904
Despesas com aluguel de imóveis	(263)	(15.701)	-	-	(15.964)
Dividendos e juros sobre o capital próprio:					
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(17.826)	(1.948)	-	(2.124)	(21.898)
Dividendos desproporcionais pagos a não controladores	-	-	-	(4.530)	(4.530)

Consolidado					
31/12/14					
	Almart	Martins Participações	Tribanco	Outros	Total
Saldos:					
Contas-correntes	-	-	46	-	46
Aplicações financeiras	-	-	233.441	-	233.441
Contas a receber	32	1	40	36	109
Aluguéis a pagar	(23)	(1.325)	-	-	(1.348)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(4.846)	(989)	-	(6.723)	(12.558)
Transações:					
Receitas financeiras	-	-	19.669	-	19.669
Despesas com aluguel de imóveis	(247)	(13.723)	-	-	(13.970)
Dividendos e juros sobre o capital próprio:					
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(29.550)	(1.847)	-	(185)	(31.582)
Dividendos desproporcionais pagos a não controladores	-	-	-	(8.708)	(8.708)

b. Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

A remuneração dos diretores e membros da Administração é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Honorários do Conselho de Administração	3.747	4.189	3.747	4.190
Honorários da Diretoria	2.593	2.399	2.623	2.429
Total	6.340	6.588	6.370	6.619

A Sociedade não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Até 31 de dezembro de 2015 não foi registrado nenhum benefício de longo prazo (benefício pós-emprego e rescisão de contrato de trabalho).

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Sociedade, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Também é atribuída, aos administradores, participação de até 10% dos lucros do exercício, condicionada ao cumprimento de metas estabelecidas pela Administração da Sociedade.

10 Investimentos

a. Informações e movimentação dos investimentos

Controladas	31/12/15							31/12/14							
	MIL	Martins Veículos	Smart	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Total	MIL	Martins Veículos	Smart	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	Total
Participação total no capital social	99,95%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%		99,96%	99,99%		99,99%	99,99%	99,99%	
Patrimônio líquido	3.530	570	1.927	13.597	14.082	10.599	8.060		3.626	578	1.920	11.011	13.162	6.759	
Resultado do exercício	14.446	(7)	3.956	13.878	8.555	7.199	2.152		9.093	2	4.711	5.810	1.085	-	
Movimentação															
Saldo inicial	3.626	578	1.920	11.010	13.162	6.759	-	37.055	228	575	1.909	-	-	-	2.712
Aporte de capital	-	-	-	2.699	1.000	3.999	3.300	10.998	-	-	-	1.000	5.050	-	6.050
Aumento (redução) de capital social com bens	(163)	-	-	(191)	(85)	(359)	4.757	3.959	3.388	-	-	9.330	8.028	6.759	27.505
Resultado de equivalência patrimonial	14.439	(7)	3.956	13.877	8.554	7.198	2.152	50.169	9.088	3	4.711	5.811	1.084	-	20.697
Provisão para indenização - participação societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(131)	-	-	(131)
Dividendos desproporcionais pagos a não controladores	(4.530)	-	-	-	-	-	-	(4.530)	(8.708)	-	-	-	-	-	(8.708)
Distribuição de lucros	(9.844)	-	(3.949)	(13.799)	(8.550)	(6.999)	(2.151)	(45.292)	(370)	-	(4.700)	(5.000)	(1.000)	-	(11.070)
	<u>3.528</u>	<u>571</u>	<u>1.927</u>	<u>13.596</u>	<u>14.081</u>	<u>10.598</u>	<u>8.058</u>	<u>52.359</u>	<u>3.626</u>	<u>578</u>	<u>1.920</u>	<u>11.010</u>	<u>13.162</u>	<u>6.759</u>	<u>37.055</u>
Outros								53							53
Total								<u>52.412</u>							<u>37.108</u>

b. Outras informações relevantes sobre os investimentos

(i) *Martins Veículos*

A Martins Veículos foi constituída em 10 de junho de 2003, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a compra, a venda e o aluguel de veículos e assemelhados, máquinas e equipamentos, novos e usados.

(ii) *MIL*

A MIL foi constituída em 9 de fevereiro de 2007, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias, a armazenagem e a paletização de cargas.

(iii) *Smart*

A Smart foi constituída em 25 de abril de 2000, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a prestação de serviços de assessoramento e consultoria na área de gestão operacional, concessão e licenciamento de uso de marca, disponibilização de tecnologia de gestão para comércio varejista, promoção de parcerias com fornecedores de produtos, equipamentos e serviços para atender à rede de filiados, promoção de programas de marketing em benefício da rede de filiados, participação em outras sociedades e comércio, no atacado e no varejo, na importação e exportação.

(iv) *Metalgrampo (SLIM-MG)*

A Metalgrampo foi constituída em 2 de janeiro de 1976, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social o comércio atacadista e distribuidor de mercadorias em geral. Em reunião dos sócios-cotistas realizada em 14 de fevereiro de 2014, foram deliberadas as alterações da razão social, objeto social e endereço da sede da sociedade. Com as deliberações a sociedade passou a denominar, Martins URN - MG Distribuidora Ltda. e sob o nome fantasia de SLIM - MG.

(v) *SIM-AG*

A SIM-AG foi constituída em 16 de junho de 2011, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a operação de armazéns-gerais e silos para a guarda e conservação de mercadorias nacionais ou estrangeiras. Em 9 de julho de 2013, foram dissolvidas e liquidadas conforme Distrato Social com a versão do seu acervo patrimonial de acordo com os livros contábeis para os sócios-cotistas.

(vi) *SLIM - GO*

A SLIM-GO foi constituída em 20 de dezembro de 2013, com sede em Aparecida de Goiânia - GO, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

(vii) *SLIM - SP*

A SLIM-SP foi constituída em 10 de fevereiro de 2014, com sede em Ribeirão Preto - SP, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

(viii) *SLIM - Nordeste*

A SLIM-Nordeste foi constituída em 06 de março de 2014, com sede em Jaboatão dos Guararapes - PE, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

c. Principais informações das controladas

31/12/15							
	MIL	Martins Veículos	Smart	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE
Ativo total	15.432	587	13.005	27.011	18.490	18.208	12.253
Passivos circulante e não circulante	11.902	17	11.078	13.414	4.408	7.609	4.193
Patrimônio líquido	3.530	570	1.927	13.597	14.082	10.599	8.060
Lucro (prejuízo) do exercício	14.446	(7)	3.956	13.878	8.555	7.199	2.152

31/12/14							
	MIL	Martins Veículos	Smart	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE
Ativo total	12.756	579	14.860	21.355	18.728	7.863	1.870
Passivos circulante e não circulante	9.129	1	12.940	10.344	5.566	1.104	1.870
Patrimônio líquido	3.627	578	1.920	11.011	13.162	6.759	-
Lucro (prejuízo) do exercício	9.093	3	4.711	5.811	1.085	-	-

11 Imobilizado

Controladora							
	31/12/15				31/12/14		
	Taxa (i) - %	Depreciação		Depreciação			
		Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Terrenos	-	136	-	136	136	-	136
Edificações	3,68	9.649	(5.988)	3.661	9.639	(5.644)	3.995
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25,44	8.388	(6.608)	1.780	8.568	(5.357)	3.211
Máquinas e equipamentos	12,59	62.558	(38.902)	23.656	58.409	(34.511)	23.898
Equipamentos de informática	38,97	36.359	(30.124)	6.235	34.781	(29.687)	5.094
Veículos	18,85	33.892	(19.401)	14.491	50.867	(28.384)	22.483
Aeronaves	10,53	22.780	(21.959)	821	22.780	(21.859)	921
Móveis e utensílios	16,20	5.917	(4.433)	1.484	5.832	(4.077)	1.755
Outros	21,10	18.051	(16.006)	2.045	17.653	(14.695)	2.958
Imobilizado em andamento (ii)	-	-	-	-	1.854	-	1.854
Total		197.730	(143.421)	54.309	210.519	(144.214)	66.305

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015*

	Consolidado						
	31/12/15				31/12/14		
	Taxa (i) - %	Depreciação Custo		Líquido	Depreciação Custo		Líquido
Terrenos	-	136	-	136	136	-	136
Edificações	3,68	9.649	(5.988)	3.661	9.639	(5.644)	3.995
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25,44	8.405	(6.613)	1.792	8.578	(5.357)	3.221
Máquinas e equipamentos	12,59	63.370	(39.230)	24.140	59.071	(34.600)	24.471
Equipamentos de informática	38,97	36.951	(30.420)	6.531	35.276	(29.895)	5.381
Veículos	18,85	83.148	(32.105)	51.043	79.377	(31.696)	47.681
Aeronaves	10,53	22.780	(21.959)	821	22.780	(21.859)	921
Móveis e utensílios	16,20	6.116	(4.522)	1.594	6.030	(4.144)	1.886
Outros	21,10	18.085	(16.040)	2.045	17.941	(14.729)	3.212
Imobilizado em andamento (ii)	-	1.598	-	1.598	12.146	-	12.146
Total		250.238	(156.877)	93.361	250.974	(147.924)	103.050

- (i) Taxa média ponderada anual de depreciação.
- (ii) Referem-se a gastos com construção de edificações, benfeitorias em propriedade de terceiros e contrato de arrendamento mercantil ainda não finalizados.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é como segue:

	Controladora						Saldo líquido em 31/12/15
	Saldo líquido em 31/12/14	Provisão para redução ao valor recuperável	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Terrenos	136	-	-	-	-	-	136
Edificações	3.995	-	10	-	(344)	-	3.661
Benfeitorias em propriedade de terceiros	3.211	(327)	152	-	(1.256)	-	1.780
Máquinas e equipamentos	23.898	172	3.276	(286)	(5.185)	1.781	23.656
Equipamentos de informática	5.094	(22)	5.177	(25)	(3.985)	(4)	6.235
Veículos (i)	22.483	-	1.547	(5.414)	(4.142)	17	14.491
Aeronaves	921	-	-	-	(100)	-	821
Móveis e utensílios	1.755	35	153	(21)	(447)	9	1.484
Outros	2.958	-	237	-	(1.150)	-	2.045
Imobilizado em andamento	1.854	-	9	(60)	-	(1.803)	-
Total	66.305	(142)	10.561	(5.806)	(16.609)	-	54.309

- (i) No montante das baixas está incluído o valor de R\$(5.360), que refere-se aos aumentos de capital social por meio de conferência em veículos que a Sociedade aportou nas Controladas SLIM SP e SLIM NE.

No montante das aquisições está incluído o valor de R\$1.401, que refere-se a redução de capital social através de retorno de veículos para a Controladora. (vide nota explicativa 10).

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015*

Controladora							
	Saldo líquido em 31/12/13	Provisão para redução ao valor recuperável	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/14
Terrenos	962	-	-	(826)	-	-	136
Edificações	8.642	-	268	(4.524)	(391)	-	3.995
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.656	124	838	(3)	(1.361)	957	3.211
Máquinas e equipamentos	18.905	87	5.127	(882)	(4.409)	5.070	23.898
Equipamentos de informática	5.801	7	4.174	(102)	(5.244)	458	5.094
Veículos (ii)	57.213	-	1.550	(27.274)	(12.726)	3.720	22.483
Aeronaves	-	-	-	-	(75)	996	921
Móveis e utensílios	1.668	1	553	(68)	(525)	126	1.755
Outros	3.368	-	613	(101)	(1.350)	428	2.958
Imobilizado em andamento	4.683	-	8.939	(13)	-	(11.755)	1.854
Total	103.898	219	22.062	(33.793)	(26.081)	-	66.305

(ii) As baixas se referem ao custo de alienação de parte da frota de veículos de distribuição, a qual é renovada em média a cada 3 anos.

Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/14	Provisão para redução ao valor recuperável	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/15
Terrenos	136	-	-	-	-	-	136
Edificações	3.995	-	10	-	(344)	-	3.661
Benfeitorias em propriedade de terceiros	3.221	(327)	158	-	(1.260)	-	1.792
Máquinas e equipamentos	24.471	172	3.380	(231)	(5.429)	1.777	24.140
Equipamentos de informática	5.381	(22)	5.302	(29)	(4.101)	-	6.531
Veículos	47.681	-	483	(177)	(14.953)	18.009	51.043
Aeronaves	921	-	-	-	(100)	-	821
Móveis e utensílios	1.886	35	153	(19)	(470)	9	1.594
Outros	3.212	-	237	-	(1.150)	(254)	2.045
Imobilizado em andamento	12.146	(572)	13.790	(4.225)	-	(19.541)	1.598
Total	103.050	(714)	23.513	(4.681)	(27.807)	-	93.361

Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/13	Provisão para redução ao valor recuperável	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/14
Terrenos	962	-	-	(826)	-	-	136
Edificações	8.642	-	268	(4.524)	(391)	-	3.995
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.656	124	847	(3)	(1.360)	957	3.221
Máquinas e equipamentos	18.965	87	5.159	(301)	(4.482)	5.043	24.471
Equipamentos de informática	5.997	7	4.312	(87)	(5.333)	485	5.381
Veículos	57.213	-	2.598	(521)	(16.045)	4.436	47.681
Aeronaves	-	-	-	-	(75)	996	921
Móveis e utensílios	1.750	1	567	(19)	(539)	126	1.886
Outros	3.368	-	866	(100)	(1.350)	428	3.212
Imobilizado em andamento	4.683	-	19.947	(13)	-	(12.471)	12.146
Total	104.236	219	34.564	(6.394)	(29.575)	-	103.050

a. Revisão e ajuste da vida útil estimada

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

b. Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “Impairment test”

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

Todos os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2015 para os testes de redução ao valor recuperável dos Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível apresentaram os seguintes resultados demonstrado a seguir:

	31/12/14	Provisão (Reversão)	31/12/15
Filial:			
Jaboatão dos Guararapes - PE	496	(356)	140
e-Fácil - MG	7.978	(4.370)	3.608
Guarulhos - SP	-	38	38
Itatiaia - RJ	-	456	456
Cachoerinha - RS	-	4	4
Ativos da Controlada SLIM-GO	-	572	572
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	8.474	(3.656)	4.818

c. Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme os montantes líquidos de depreciação, demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
Imóveis	79	83
Veículos	230	1.087
	<hr/>	<hr/>
Total	309	1.170

d. Outras informações

As atividades de investimento e de financiamento que não afetaram os fluxos de caixa da Sociedade são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Aquisição de bens através de arrendamentos financeiros	-	5.503	6.950	5.503
Aquisição de bens através de redução de capital em Controladas	1.401	-	-	-

12 Intangível

	Controladora						
	31/12/15			31/12/14			
	Taxa (i) - %	Amortização		Amortização			
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido	
Sistema de processamento de dados	22,53	54.858	(43.698)	11.160	48.344	(38.564)	9.780
Marcas e patentes	8,23	639	(404)	235	527	(378)	149
Intangível em andamento (ii)	-	4.674	-	4.674	1.103	-	1.103
Outros	-	10	-	10	10	-	10
Total		60.181	(44.102)	16.079	49.984	(38.942)	11.042

	Consolidado						
	31/12/15			31/12/14			
	Taxa (i) - %	Amortização		Amortização			
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido	
Sistema de processamento de dados	22,53	56.056	(44.605)	11.451	49.490	(39.354)	10.136
Marcas e patentes	8,23	706	(412)	294	586	(387)	199
Intangível em andamento (ii)	-	6.670	-	6.670	1.133	-	1.133
Outros	-	10	-	10	10	-	10
Total		63.442	(45.017)	18.425	51.219	(39.741)	11.478

- (i) Taxa média ponderada anual de amortização.
- (ii) Refere-se a gastos com desenvolvimento de novos aplicativos, e tem prazo para início de amortização a partir de 2015.

A movimentação dos saldos de ativos intangíveis é como segue:

	Controladora						
	Saldo líquido em 31/12/14	Reversão de provisão Saldo para redução ao valor			Amortização	Transferências	Saldo líquido em 31/12/15
		recuperável	Adições	Baixas			
Sistema de processamento de dados	9.780	4.370	1.035	-	(5.136)	1.111	11.160
Marcas e patentes	149	-	44	(2)	(34)	78	235
Intangível em andamento	1.103	-	4.760	-	-	(1.189)	4.674
Outros	10	-	-	-	-	-	10
Total	11.042	4.370	5.839	(2)	(5.170)	-	16.079

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Controladora

	Saldo líquido em 31/12/13	Provisão para redução ao valor recuperável	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo líquido em 31/12/14
Sistema de processamento de dados	10.339	(5.709)	1.779	-	(4.400)	7.771	9.780
Marcas e patentes	214	-	28	(54)	(41)	2	149
Intangível em andamento	3.150	-	5.754	(28)	-	(7.773)	1.103
Outros	10	-	-	-	-	-	10
Total	13.713	(5.709)	7.561	(82)	(4.441)	-	11.042

Consolidado

	Saldo líquido em 31/12/14	Provisão para redução ao valor recuperável	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo líquido em 31/12/15
Sistema de processamento de dados	10.136	4.370	1.088	-	(5.254)	1.111	11.451
Marcas e patentes	199	-	59	(4)	(38)	78	294
Intangível em andamento	1.133	-	6.728	(2)	-	(1.189)	6.670
Outros	10	-	-	-	-	-	10
Total	11.478	4.370	7.875	(6)	(5.292)	-	18.425

Consolidado

	Saldo líquido em 31/12/13	Provisão para redução ao valor recuperável	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo líquido em 31/12/14
Sistema de processamento de dados	10.482	(5.709)	1.796	-	(4.497)	8.064	10.136
Marcas e patentes	216	-	78	(54)	(43)	2	199
Intangível em andamento	3.307	-	5.920	(28)	-	(8.066)	1.133
Outros	10	-	-	-	-	-	10
Total	14.015	(5.709)	7.794	(82)	(4.540)	-	11.478

A Sociedade esclarece que todos os seus ativos intangíveis são adquiridos de terceiros e que não possui nenhum ativo intangível gerado internamente.

Com relação ao teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment test”, ver nota explicativa nº 3.

13 Locações

Os contratos de locação de imóveis têm prazos de 12 meses, renovados anualmente, e as prestações têm periodicidade mensal.

Os pagamentos mínimos futuros de locações de imóveis são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Até um ano	1.454	1.399	1.478	1.405

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Fornecedores de mercadorias	655.336	666.771	655.336	666.771
Fornecedores de serviços e consumo	8.572	18.827	9.910	20.192
Fornecedores de serviços partes relacionadas (nota explicativa 9.a)	5.666	6.806	1.439	1.348
Total	669.574	692.404	666.685	688.311

15 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo de amortização. Para mais informações sobre a exposição do Grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez desses empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa 22.

	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Linhas de crédito (a)						
Banco do Brasil S.A.	109,7 do CDI	22/05/16	60.847	53.095	60.847	53.095
Arrendamento mercantil (b):						
HP Financial Services	13,16 a.a.	23/09/15	-	584	-	584
Banco Itaú Leasing S.A. - Finame Leasing	2,5 a.a.	01/09/17	4.498	6.980	4.498	6.980
Banco IBM S.A.	CDI + 0,77	01/01/16	904	2.289	904	2.289
HSBC Bank Brasil S.A.	CDI + 2,05	25/04/15	-	198	-	198
HSBC Bank Brasil S.A.	CDI + 2,05	02/05/15	-	215	-	215
HSBC Bank Brasil S.A.	CDI + 1,75	02/09/16	241	413	241	413
HSBC Bank Brasil S.A.	CDI + 1,75	11/10/16	470	808	470	808
Banco J. Safra S.A	6 a.a.	18/11/19	-	-	10.676	5.284
Banco J. Safra S.A	6 a.a.	16/12/19	-	-	194	218
Rabobank - FIDC (c)	112 do CDI	02/06/19	214.941	205.636	201.449	198.082
Total			281.901	270.218	279.279	268.166
Passivo circulante			64.919	5.600	67.647	6.703
Passivo não circulante			216.982	264.618	211.632	261.463
Total			281.901	270.218	279.279	268.166

- (a) Linha de crédito do Banco do Brasil S.A. - o empréstimo contratado com o Banco do Brasil S.A. foi firmado em 23 de junho de 2010, no montante original de R\$45.000, liberado integralmente. Os juros e encargos anuais incidentes sobre os referidos créditos correspondem a 99% da variação do CDI, com vencimento em 7 de junho de 2013, em parcela única de principal e juros, tendo como garantia o aval da controladora Almart. Em 7 de junho de 2013 foram pagos os juros pertinentes ao período mencionado, tendo sido repactuado a linha de crédito no montante original contratado, com vencimento em 22 de maio de 2016, e incidência de juros e encargos anuais à taxa de 109,7% da variação do CDI, com pagamento em parcela única de principal e juros ao final da operação. O aval da controladora Almart foi retirado, sendo esta repactuação isenta de garantia.
- (b) Contratos de arrendamento mercantil, com prazos de pagamento entre 36 e 60 meses, firmados para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros ativos imobilizados, devendo os bens ser adquiridos ao final dos contratos pelos seus valores residuais. Esses contratos têm como garantia a alienação fiduciária dos respectivos bens a que estão atrelados.
- (c) O Martins FIDC é um fundo de recebíveis constituído para fins de aquisição dos direitos creditórios de clientes da Sociedade. O Fundo adquire diretamente da Sociedade os direitos creditórios representados por duplicatas com origem em suas vendas mercantis a prazo. O saldo em aberto desses recebíveis em 31 de dezembro de 2015 era de R\$215.310 (R\$206.115 em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade e por suas controladas não contêm cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros em suas demonstrações financeiras.

16 Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
ICMS	34.221	39.087	34.852	39.344
IRRF	2.185	2.286	2.434	2.460
COFINS	4.018	1.180	4.753	1.740
PIS	838	256	998	378
Imposto Sobre Serviços - ISS	147	142	271	289
Outros impostos, taxas e contribuições	278	930	597	1.023
Total	41.687	43.881	43.905	45.234

A Sociedade gozava de incentivos fiscais do ICMS do Distrito Federal, os quais foram concedidos pela Secretaria do Estado da Fazenda do Distrito Federal e consistiam na redução de 70% do referido imposto, não podendo ultrapassar 25% do faturamento mensal da Sociedade.

- Existe um saldo de ICMS a financiar registrado nas Demonstrações Financeiras de 2015 no montante de R\$12.153 relativo aos anos de 2012 e 2013, que ainda goza do direito dos incentivos fiscais do ICMS do Distrito Federal. A Administração da Sociedade e seus consultores legais entendem que ainda é possível a Secretaria do Estado da Fazenda autorizar o financiamento junto ao Banco de Brasília - BRB, em razão deste passivo ter sido constituído na vigência do Regime Especial anterior.

17 Salários, encargos e benefícios sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Férias	20.959	22.272	26.010	25.850
Salários a pagar	1	7	3	41
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	1.338	1.437	1.706	1.667
Contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	5.968	6.487	6.708	7.252
Participação nos lucros	791	6.704	791	7.933
Contribuição sindical	51	-	76	7
Total	29.108	36.907	35.294	42.750

18 Imposto de renda e contribuição social

a. IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (i)	17.339	1.679	17.339	1.679
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16.314	13.506	16.368	13.535
Perdas com créditos de ICMS	6.350	8.315	6.350	8.315
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.154	989	1.176	1.023
Provisão para perdas com créditos diversos	1.443	1.597	1.443	1.597
Perdas e desvalorização dos estoques	1.761	1.157	1.761	1.157
Participação nos lucros	269	2.279	269	2.620
Provisão para despesas operacionais diversas	6.965	7.023	7.434	7.023
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14 (ii)	1.286	8	1.286	8
Depreciação acelerada - Lei nº 12.788/12	(497)	(799)	(497)	(799)
Total	52.384	35.754	52.929	36.158

- (i) Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade possuía um saldo de Prejuízo Fiscal no montante de R\$52.604 e R\$ 46.534 da Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social.
- (ii) Os valores apresentados referem-se às diferenças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e alterações introduzidas pela Lei 12.973/14 apuradas pelas estimativas de vida útil dos ativos imobilizado e intangível.

A movimentação do IRPJ e da CSLL diferidos ativos e passivos é como segue:

	Debitado (creditado) à demonstração do resultado		Debitado (creditado) à demonstração do resultado		31/12/15
	31/12/13	31/12/14	31/12/14	31/12/15	
Diferenças temporárias:					
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	7.636	(5.957)	1.679	15.660	17.339
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.393	(858)	13.535	2.833	16.368
Perdas com créditos de ICMS	7.209	1.106	8.315	(1.965)	6.350
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	592	431	1.023	153	1.176
Provisão para perdas com créditos diversos	1.645	(48)	1.597	(154)	1.443
Perdas e desvalorização dos estoques	1.250	(93)	1.157	604	1.761
Participação nos lucros	3.186	(566)	2.620	(2.351)	269
Provisão para despesas operacionais diversas	5.964	1.059	7.023	411	7.434
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14	(7.549)	7.557	8	1.278	1.286
Depreciação acelerada - Lei nº 12.788/12	(395)	(404)	(799)	302	(497)
Total	33.931	2.227	36.158	16.771	52.929

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015*

Em conformidade com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro foram constituídos IRPJ e CSLL diferidos, provenientes basicamente de diferenças temporárias. Os débitos e créditos tributários foram constituídos tendo em vista que a Sociedade apresentou resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	6.409	6.492
2017	7.060	7.151
2018	15.429	15.629
2019	16.453	16.624
2020	7.033	7.033
Total	52.384	52.929

Como a base tributável do IRPJ e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Sociedade e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa de utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Sociedade.

O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções para os próximos cinco anos de lucros tributáveis, descontados ao seu valor presente. Considera-se também que a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL é limitada a 30% do lucro anual antes do IRPJ, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira.

b. Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(59)	86.801	9.708	91.527
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	20	(29.512)	(3.301)	(31.119)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Efeitos dos lucros das empresas com base no lucro presumido (*)	-	-	18.378	6.272
Imposto de renda pago com base nas empresas de lucro presumido	-	-	(7.832)	(2.457)
Equivalência patrimonial	17.057	7.037	-	-
Efeito da dedução dos juros sobre o capital próprio	-	1.883	-	1.883
Receitas (despesas) indedutíveis	(477)	561	(520)	541
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14	1.748	5.666	1.748	5.666
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	310	-	310
Outros	(1.732)	(709)	(1.615)	(582)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	16.616	(14.764)	6.858	(19.486)
Correntes	(13)	(16.846)	(9.913)	(21.713)
Diferidos	16.629	2.082	16.771	2.227
Total	16.616	(14.764)	6.858	(19.486)
Taxa efetiva	-	(17,01%)	-	(21,29%)

(*) As empresas controladas Martins Veículos, MIL, SLIM-MG, SLIM-GO, SLIM-SP e SLIM-NE apuram o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro presumido, aplicando sobre o seu faturamento a taxa efetiva de 31% , 7% , 4%, respectivamente.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

Em 01 de janeiro de 2015, a Sociedade registrou as diferenças entre critérios contábeis e fiscais na adoção inicial conforme previsto na Lei 12.973 de 2014.

19 Parcelamento de impostos

Em novembro de 2009, a Administração da Sociedade aderiu ao pagamento de tributos, contribuições sociais e obrigações previdenciárias nos termos da Lei nº 11.941/09 e da Medida Provisória nº 470/09, relacionado a processos administrativos e judiciais, que, no julgamento da Administração e de acordo com parecer de seus consultores jurídicos, possuem probabilidade de perda provável. Em junho de 2011 foram consolidados os débitos incluídos no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS de acordo com os procedimentos para a consolidação definidos na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de fevereiro de 2011, e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 5, de 27 de junho de 2011.

Em 18 de junho de 2014, foi editada a Lei nº 12.996, que permitiu que as empresas optantes pelo parcelamento nos termos da Lei nº 11.941/09, reestabelecesse os débitos originais mais os encargos legais, considerando os valores pagos a título de parcelamento como abatimento do valor devido e aplicasse as novas reduções dos encargos sobre o saldo remanescente para pagamento à vista. Esta lei também permitiu que os valores de juros e encargos fossem quitados com utilização de crédito de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, desde que o saldo do principal fosse pago à vista até 25 de agosto de 2014. A Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos decidiram pela adesão à nova sistemática e liquidou o saldo total do parcelamento da controladora, e optou pela utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social para quitação dos juros da controlada SLIM-MG, no montante de R\$113, o qual será posteriormente consolidado e homologado pela Receita Federal.

a. Movimentação dos valores parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Saldos no início do exercício (valores parcelados)	-	20.729	-	20.988
Reversão de atualização monetária pela recomposição dos débitos	-	(2.064)	-	(2.110)
Desconto de juros e multa pelo pagamento a vista	-	(3.869)	-	(3.902)
Utilização de créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL para quitação dos juros	-	-	-	(113)
Pagamentos	-	(14.796)	-	(14.863)
Saldos no fim do exercício	-	-	-	-

Os tributos incluídos no REFIS referem-se principalmente a diferenças de interpretações de leis, bem como a autos de infração lavrados contra a Sociedade que possuíam ações judiciais relacionadas, das quais a Sociedade desistiu para aderir ao referido Programa.

Como consequência da adesão ao REFIS, a Sociedade procedeu à desistência das ações judiciais e à renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se fundam as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

20 Provisões

A Sociedade e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações trabalhistas e processos cíveis. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus consultores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. As provisões constituídas para os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

a. Passivos da Sociedade relacionados a riscos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Tributários	16.995	17.688	17.161	17.854
Cíveis	13.067	15.423	13.097	15.455
Trabalhistas	19.506	8.217	20.053	8.305
Total	49.568	41.328	50.311	41.614

b. Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	Controladora						
	31/12/14	Constituição	Reversão	Pagamento	Baixa - depósito judicial	Atualização monetária	31/12/15
Tributários	17.688	1.573	(4.045)	-	-	1.779	16.995
Cíveis	15.423	1.821	(4.842)	(2.793)	-	3.458	13.067
Trabalhistas	8.217	18.651	(3.750)	(6.986)	-	3.374	19.506
Total não circulante	41.328	22.045	(12.637)	(9.779)	-	8.611	49.568

	Controladora						
	31/12/13	Constituição	Reversão	Pagamento	Baixa - depósito judicial	Atualização monetária	31/12/14
Tributários	20.609	4.279	(6.032)	(5)	(2.591)	1.428	17.688
Cíveis	13.514	3.710	(4.659)	(154)	-	3.012	15.423
Trabalhistas	9.091	4.474	(4.080)	(643)	(1.965)	1.340	8.217
Total não circulante	43.214	12.463	(14.771)	(802)	(4.556)	5.780	41.328

Consolidado							
	31/12/14	Constituição	Reversão	Pagamento	Baixa - depósito judicial	Atualização monetária	31/12/15
Tributários	17.854	1.573	(4.045)	-	-	1.779	17.161
Cíveis	15.455	1.821	(4.844)	(2.793)	-	3.458	13.097
Trabalhistas	8.305	19.155	(3.825)	(6.989)	-	3.407	20.053
Total não circulante	41.614	22.549	(12.714)	(9.782)	-	8.644	50.311

Consolidado							
	31/12/13	Constituição	Reversão	Pagamento	Baixa - depósito judicial	Atualização monetária	31/12/14
Tributários	20.816	4.279	(6.057)	(5)	(2.607)	1.428	17.854
Cíveis	13.551	3.711	(4.666)	(154)	-	3.013	15.455
Trabalhistas	9.170	4.566	(4.170)	(643)	(1.965)	1.347	8.305
Total não circulante	43.537	12.556	(14.893)	(802)	(4.572)	5.788	41.614

c. Natureza dos riscos

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores jurídicos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- **Riscos tributários** - referem-se, basicamente, a PIS, COFINS, ICMS, ICMS-ST, INSS e imposto de renda, principalmente relativos a exercícios anteriores.
- **Riscos trabalhistas** - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- **Reclamações cíveis** - as principais ações estão relacionadas a indenizações sobre acidentes de trânsito, reclamações de clientes e ações indenizatórias de representantes comerciais.

d. Ativos da Sociedade e de suas controladas relacionados aos depósitos judiciais

Representam ativos restritos da Sociedade e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Os depósitos judiciais mantidos pela Sociedade e por suas controladas estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Processos cíveis	1.182	1.331	1.248	1.397
Processos trabalhistas	12.295	10.915	12.438	11.001
Processos tributários (*)	1.160	18.806	1.174	18.819
Total	14.637	31.052	14.860	31.217

(*) Em 20 de julho de 2015 a Justiça Estadual do Distrito Federal liberou o resgate do depósito judicial de ICMS que a Sociedade estava discutindo judicialmente no valor líquido do imposto de renda retido na fonte de R\$16.366 (IRRF R\$1.914).

e. Perdas possíveis

A Sociedade tem ações de natureza tributária envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$278.146 (R\$164.406 em 31 de dezembro de 2014).

Processo ICMS - DF

Em julho de 1998, a Sociedade firmou acordo com o Governo do Distrito Federal definindo regime especial para a apuração do ICMS sobre transferências de mercadorias do Distrito Federal para a matriz da Sociedade em Uberlândia - MG. Entretanto, o Governo do Estado de São Paulo impetrou ação cível e ação cautelar contra o referido acordo, ainda pendentes de decisão judicial. A Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos acreditam que esse acordo cumpre as exigências da legislação pertinente, como também no fato de que a Sociedade não incorrerá em perdas com os processos em andamento.

Em fevereiro de 1999, a Sociedade foi questionada pela Fiscalização Estadual de São Paulo, que exige o recolhimento de diferencial de ICMS nas transferências de mercadorias da filial localizada em São Paulo para o Distrito Federal. Tais questionamentos estão em discussão na esfera administrativa, e a Administração da Sociedade, com base em avaliações de seus consultores jurídicos, entende que obterá desfecho favorável nesses processos.

Em 1º de julho de 1999, foi assinado novo acordo com o Governo do Distrito Federal, em substituição ao acordo firmado em julho de 1998, dando continuidade ao regime especial para apuração de ICMS.

Em 10 de julho de 2001, o Governo do Distrito Federal notificou a Sociedade a recolher o valor de R\$5.721 referente ao complemento do valor mínimo de R\$12.000 previsto no Termo de Acordo firmado em julho de 1998, tendo a Sociedade ingressado com medida judicial contra referida cobrança por considerá-la indevida e depositado judicialmente em 17 de julho de 2001 o valor correspondente. Em 11 de julho de 2014, foi emitido termo de decisão monocrática favorável à Sociedade pelo Supremo Tribunal Federal, e em 15 de agosto de 2014, foi publicado a certidão de trânsito em julgado. No mês de dezembro de 2014, a Administração da Sociedade e seus assessores jurídicos entraram com pedido de liberação do recurso. Em 20 de junho de 2015 a Justiça Estadual do Distrito Federal fez a liberação do recurso.

Em 25 de fevereiro de 2009, a Sociedade recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, no montante original de R\$174.147 (R\$299.405 em 31 de dezembro de 2015), alegando que todas as operações da Sociedade no período de julho de 1998 a junho de 1999 não estavam sob o abrigo do Termo de Acordo de Regime Especial - TARE e sim sujeitas ao regime normal de apuração do ICMS.

Em 02 de outubro de 2015, a quase totalidade do crédito tributário foi julgado pelo Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal como extinta pela decadência. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Administração da Sociedade entende haver uma expectativa de perda possível para o saldo remanescente no montante de R\$21.168.

Processo ICMS - MG

Em 28 de dezembro de 2009, a Sociedade recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, no montante original de R\$18.506 (R\$43.702 em 31 de dezembro de 2015), alegando falta de destaque de ICMS devido relativo a operações interestaduais de bonificações e redução da base de cálculo do referido imposto referente ao exercício de 2004. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Administração da Sociedade entende haver uma expectativa de perda possível para essa demanda.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social da Sociedade, no montante de R\$124.738 está representado por 124.737.896 ações ordinárias sem valor nominal.

Em Assembleia Geral extraordinária realizada em 31 de março de 2014, os acionistas deliberaram pela redução de capital social da companhia mediante cancelamento de 5.554.803 ações ordinárias detidas pela acionista Martins Participações Ltda., e em pagamento os acionistas aprovaram a transferência do imóvel localizado no estado da Paraíba.

A Sociedade pode emitir novas ações até o limite autorizado pela Lei nº 6.404/76, em que o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas à restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% do total das ações emitidas.

b. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. No ano de 2014 a reserva legal foi constituída pela diferença entre o seu montante registrado até 31 de dezembro de 2013 e o valor de 20% sobre o capital social.

A reserva de retenção de lucros, que deve ser constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado em Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, anualmente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Sociedade.

A Sociedade poderá distribuir dividendos com base em balanços intermediários, em períodos inferiores a 12 meses, desde que os dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedam o montante das reservas de capital, acrescidos dos lucros acumulados e do lucro do exercício, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Sociedade aprovou em 2014 a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, pelo seu valor líquido do IRRF. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$5.538 foi contabilizado, em 31 de dezembro de 2014, como despesa financeira. No entanto, para efeito destas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, sendo, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido pelo valor bruto.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	Controladora	
	31/12/15	31/12/14
Lucro líquido do exercício	16.557	72.037
Constituição de reserva legal	-	(2.666)
	16.557	69.371
Base de cálculo dos dividendos	16.557	69.371
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	4.139	17.343
O dividendo proposto tem a seguinte composição:		
Juros sobre o capital próprio, líquidos do IRRF imputados ao dividendo mínimo obrigatório.	-	(4.707)
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	(831)
Dividendos intermediários pagos	-	(5.970)
Dividendos a pagar	4.139	5.835
Saldo remanescente de dividendos de anos anteriores a pagar	2.061	-
Total dividendos a pagar	6.200	5.835
Dividendos pagos durante o exercício (*)	16.000	-

(*) Dividendos pagos com lucros retidos de anos anteriores, conforme autorizado em Assembléia Geral dos acionistas.

d. Participação não controladora

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Saldos no início do exercício	3	2
Participação dos não controladores no lucro do exercício	9	4
Alteração de participação de não controladores	(7)	(3)
Saldos no fim do exercício	5	3

22 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados nas seguintes categorias:

- (i) Investimentos mantidos até o vencimento;
- (ii) Empréstimos e recebíveis e
- (iii) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A posição dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 eram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4)	305.978	209.531	357.332	239.637
Contas a receber (nota explicativa nº 6)	363.662	410.466	364.808	410.686
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 20.d)	14.637	31.052	14.860	31.217
Investimentos mantidos até o vencimento-				
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (nota explicativa nº 5)	29.023	30.705	15.531	23.151
Total	713.300	681.754	752.531	704.691
Passivos financeiros mensurados a custo ao custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15)	281.901	270.218	279.279	268.166
Fornecedores (nota explicativa nº 14)	669.574	692.404	666.685	688.311
Total	951.475	962.622	945.964	956.477

b. Valores justos dos instrumentos financeiros

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

A Administração da Sociedade é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão de o

vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em datas próximas às dos balanços. Sendo assim, os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, títulos a receber, fornecedores e adiantamentos de clientes possuem uma aproximação razoável do valor justo.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos são calculados considerando o seu valor futuro, com base nas taxas e índices contratados, e descontados ao seu valor presente pelas taxas de Mercado divulgadas por fontes externas (BM&F Bovespa e AE Broadcast), pelo prazo a decorrer, sendo que o valor contábil difere aproximadamente em 1% do valor justo e, portanto, o valor justo dos empréstimos possui uma aproximação razoável do valor contábil.

c. Hierarquias de valores justos

A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos valores justos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas. Os diferentes níveis foram definidos da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e semelhantes.
- **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas evidenciam no quadro abaixo, bem como suas classificações nos níveis supracitados:

	2015			
	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4)	357.332	-	357.332	-
Contas a receber (nota explicativa nº 6)	364.808	-	364.808	-
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 20.d)	14.860	-	14.860	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (nota explicativa nº 5)	15.531	-	15.531	-
Total Ativos Financeiros	752.531	-	752.531	-
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15)	279.279	-	279.279	-
Fornecedores (nota explicativa nº 14)	666.685	-	666.685	-
Total Passivos Financeiros	945.964	-	945.964	-

d. Gestão do risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios, para atender aos pequeno e médio varejos, e maximizar os recursos para prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em suas operações.

A Sociedade monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Total dos empréstimos (nota explicativa nº 15)	281.901	270.218	279.279	268.166
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4)	(305.978)	(209.531)	(357.332)	(239.637)
Dívida líquida	(24.077)	60.687	(78.053)	28.529
Patrimônio líquido	309.128	312.710	309.133	312.713

e. Gerenciamento de riscos financeiros

A Sociedade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

A política de vendas da Sociedade está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A Sociedade conta ainda com provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos montantes de R\$3.394 na controladora e R\$3.878 no consolidado (R\$2.907 na controladora

e R\$3.538 no consolidado em 31 de dezembro de 2014), representativos de 2,24 % e 2,53 %, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015 (1,40% e 1,7% em 31 de dezembro de 2014) do saldo bruto de contas a receber de clientes em aberto, para cobrir os riscos de crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

(ii) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa suficiente, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a Administração mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Sociedade, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4). Além disso, a política de gestão de liquidez da Sociedade envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

Os vencimentos dos passivos financeiros consolidados em 31 de dezembro de 2015 são como segue:

	2016	2017	2018	2019	Total
Empréstimos e financiamentos	269.096	4.768	2.728	2.687	279.279
Fornecedores	666.685	-	-	-	666.685

Adicionalmente, a Sociedade possui fianças bancárias obtidas para fazer face a regimes especiais de recolhimento de ICMS, no montante total de R\$ 30.457, sendo este o valor máximo que a Sociedade pode ser obrigada a liquidar, conforme os termos dos contratos estabelecidos com as instituições financeiras, se o valor total garantido for cobrado pela contraparte.

(iii) Riscos de mercado

Risco com taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem os valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não possuía obrigações de empréstimos em moeda estrangeira, e possuía saldo no montante de R\$3.965 (R\$738 em 2014) referente aquisição de mercadorias importadas.

Risco de taxas de juros

A Sociedade avalia que o risco máximo de taxa de juros está ligado exclusivamente às operações indexadas ao CDI e que diretamente referem-se às modalidades de arrendamento mercantil e de comercialização agroindustrial do Banco do Brasil S.A.

O contrato com o Banco do Brasil S.A., repactuado em 7 de junho de 2013 com vencimento em 22 de maio de 2016, não possui vínculo com “swap”. A remuneração é de 109,7% da variação do CDI.

As demais operações têm o seu custo determinado em taxas prefixadas.

A seguir, está apresentada a exposição ao risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI em 31 de dezembro de 2015:

Total dos empréstimos e financiamentos em CDI (*)	62.462
Aplicações financeiras	<u>(355.387)</u>
Exposição líquida	<u>(292.925)</u>

(*) Não contemplam empréstimos em CDI os valores de R\$201.449 do FIDC e R\$15.368 de empréstimos com taxas prefixadas.

Para a exposição líquida dos empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI, para a qual a Sociedade está deduzindo os saldos das aplicações financeiras, também mantidas ao CDI (nota explicativa nº 4), a Administração da Sociedade entende que as aplicações financeiras superam significativamente o total de empréstimos e financiamentos, não há motivação para estabelecer um cenário de análise de sensibilidade da variação do CDI.

Portanto, a Administração entende que não há descasamento de indexadores que poderiam trazer risco à Sociedade em uma eventual oscilação de mercado.

f. Instrumentos financeiros derivativos

No ano-calendário de 2014 e 2015, a Sociedade não realizou nenhuma operação de derivativos.

g. Compromissos

Os compromissos, as obrigações e os direitos contratuais dados ou recebidos não registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Cédula de Crédito Comercial com o Banco de Brasília S.A. - BRB (vide nota explicativa nº 16)	<u>348.338</u>	<u>348.338</u>	<u>348.338</u>	<u>348.338</u>

23 Plano de suplementação de aposentadoria

Plano de previdência privada

A Sociedade é copatrocinadora da MartinsPrev, entidade fechada de previdência privada complementar, que tem como objetivo oferecer a seus funcionários participantes benefícios de aposentadoria, invalidez e pensão por morte.

A MartinsPrev possui planos de benefícios na modalidade de contribuição definida (aposentadorias) e de benefício de risco (invalidez e pensão). Para a aposentadoria, o patrocinador contribui com 1,81% (1,82% em 31 de dezembro de 2014) da folha de pagamento dos participantes. Para invalidez e pensão, planos custeados integralmente pelo patrocinador, a contribuição no ano 2015 equivale a 1,44% (1,61% em 31 de dezembro de 2014) da folha de pagamento dos participantes.

Até fevereiro de 2009, o patrocinador contribuía com 1,34% da folha de pagamento dos participantes para a modalidade de contribuição definida. A partir de março de 2009, o plano foi alterado e o patrocinador passou a contribuir mensalmente com um percentual que incide sobre o salário de participação do participante, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Salário de participação - em reais -R\$ (*)	Contribuição normal do patrocinador - %
1.620,69	0,25
1.620,70 a 3.241,44	0,50
3.241,45 a 4.862,14	0,75
4.862,15 a 6.482,87	1,00
6.482,88 a 8.103,58	2,50
8.103,59 a 9.724,30	3,00
9.724,31 a 12.965,74	3,50
12.965,75 a 16.207,17	4,00
Acima de 16.207,18	5,00

(*) Valores praticados de dezembro de 2014 a novembro de 2015.

O passivo atuarial relacionado aos benefícios de risco (pensão por invalidez e morte) é repassado à Bradesco Vida e Previdência S.A., por meio do Convênio de Repasse de Riscos, a qual se responsabiliza pela respectiva cobertura, motivo pelo qual não há consignado nenhum passivo atuarial nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

No ano 2015 a Sociedade contribuiu com R\$3.793 (R\$3.996 em 2014).

Informações adicionais:

- O percentual de 1,44% referente aos Benefícios de Risco (Invalidez e Morte) é definido de acordo com o Artigo 16 do Regulamento do Plano.
- O reajuste dos valores das contribuições está no Artigo 24 do Regulamento do Plano.
- Os atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios MartinsPrev no ano de 2013 constituíram déficit sobre os benefícios concedidos, sendo que as principais razões para o surgimento do déficit foram a rentabilidade obtida no investimento dos recursos garantidos dos benefícios ter sido inferior à meta atuarial registrada no mesmo período, bem como as perdas em decorrência de movimentação cadastral no Plano. A quantidade de participantes que se apresentaram até fevereiro de 2009 que ainda tinha direito ao plano de benefício é irrelevante. A Administração e seus consultores legais entendem que o valor provisionado nas demonstrações financeiras atende aos futuros desembolsos de caixa e que anualmente esta reserva será revisada. Em 31 de dezembro de 2014, o déficit técnico acumulado era de R\$ 861, a Administração da Sociedade formalizou Plano de Equacionamento do Déficit Técnico a ser amortizado em 21,08 anos. No ano de 2015, foi amortizado o montante de R\$50, e o saldo de R\$811 foi registrado como passivo atuarial nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

24 Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receita bruta de mercadorias	4.509.089	4.695.549	4.509.089	4.695.549
Receita bruta de serviços	10.213	7.222	53.224	48.160
Impostos sobre vendas	(621.794)	(656.866)	(626.109)	(660.965)
Devoluções e abatimentos	(42.982)	(44.539)	(42.982)	(44.539)
Receita líquida total	3.854.526	4.001.366	3.893.222	4.038.205

25 Natureza dos custos e das despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Custo das mercadorias vendidas	(3.089.950)	(3.169.571)	(3.089.950)	(3.169.145)
Custos e despesas com folha de pagamento	(241.513)	(262.751)	(303.060)	(286.881)
Comissões sobre vendas	(130.239)	(136.661)	(130.826)	(137.463)
Manutenção, armazenagem e frete	(266.534)	(172.682)	(147.867)	(154.377)
Despesas de aluguel	(30.435)	(30.222)	(35.461)	(32.150)
Acordos comerciais	(15.621)	(19.383)	(28.156)	(28.703)
Depreciação e amortização	(21.779)	(30.521)	(33.099)	(34.115)
Serviços prestados por terceiros	(25.979)	(26.168)	(30.530)	(29.356)
Despesas com utilidades	(17.136)	(15.634)	(18.575)	(16.379)
Despesas com tributos	(1.696)	(13.423)	(19.262)	(16.340)
Despesas com propaganda e publicidade	(7.057)	(7.601)	(8.155)	(7.759)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa, perdas em estoque e ICMS	3.516	(2.836)	3.663	(2.836)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(9.408)	(2.596)	(9.835)	(2.596)
Outras despesas	(37.773)	(41.667)	(43.494)	(44.905)
Total	(3.891.604)	(3.931.716)	(3.894.607)	(3.963.005)

Representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(3.089.968)	(3.169.688)	(3.113.902)	(3.192.023)
Despesas comerciais e de distribuição	(715.607)	(654.318)	(673.891)	(656.145)
Despesas gerais e administrativas	(86.029)	(107.710)	(106.814)	(114.837)
Total	(3.891.604)	(3.931.716)	(3.894.607)	(3.963.005)

26 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receitas:				
Bonificações recebidas de fornecedores	-	-	20.943	17.898
Vendas acessórias	1.308	2.475	1.308	2.475
Aluguel	2.557	2.874	2.557	2.874
Vendas de bens do ativo imobilizado	1.369	1.454	1.366	1.456
Despesas e custos recuperados	3.902	4.046	4.498	4.287
Outras receitas	144	422	171	433
Despesas:				
Valor residual do ativo imobilizado baixado	(54)	(167)	(1.072)	(278)
Provisão (reversão) para perdas ao valor recuperável	4.228	(5.490)	3.656	(5.490)
Outras despesas	(269)	-	(269)	-
Total	13.185	5.614	33.158	23.655

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receitas financeiras:				
Juros recebidos	2.131	12.077	2.231	12.197
Ganhos com aplicações financeiras	20.122	18.213	24.912	19.914
Rendimentos - investimentos - FIDC	2.017	5.345	2.017	5.345
Outras receitas	733	269	772	270
	25.003	35.904	29.932	37.726
Despesas financeiras:				
Juros pagos	(8.634)	(11.001)	(9.382)	(10.968)
Descontos concedidos	(44)	(69)	(44)	(71)
Juros sobre operações FIDC	(31.532)	(28.457)	(31.532)	(28.457)
Outras despesas	(10.217)	(2.648)	(10.367)	(2.687)
	(50.427)	(42.175)	(51.325)	(42.183)
Variações monetárias e cambiais:				
Variações monetárias e cambiais ativas	838	534	1.078	560
Variações monetárias e cambiais passivas	(1.749)	(3.423)	(1.750)	(3.431)
	(911)	(2.889)	(672)	(2.871)
Total	(26.335)	(9.160)	(22.065)	(7.328)

28 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2015, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas
Ativos - imóveis	260.000
Responsabilidade civil - operações	10.000

A Sociedade opta pela não contratação de seguros para sua frota de caminhões com valor residual de R\$14.491 (R\$22.483 em 31 de dezembro de 2014), uma vez que, com base em análises internas aprovadas pela Administração, entende que o risco de sinistro é substancialmente diluído.

* * *

Diretoria

Alair Martins do Nascimento - Presidente do Conselho de Administração
Walter Domingues de Faria Júnior - Diretor Geral
Renato Riston Luz - Diretor Financeiro

Contador

Marcos Antônio de Souza
CRC SP 154.526/O-7 "T" MG